



Histórias abafadas

O famoso caso de Carlos Burnay, um crime encoberto por conveniência da moral do Estado Novo, ou o internamento forçado da pintora Josefa Greco, por Miguel Bombarda... São alguns dos silêncios que já fazem parte da História

TEXTO DE ANA SOROMENHO E ANABELA NATÁRIO

ILUSTRAÇÕES DE ALEX GOZBLAU



N a noite de sábado, o filho dos viscondes de Marco deu uma festa de arromba em Cascais, no palacete da mãe. Na manhã seguinte, foi encontrado morto com uma bala na cabeça e uma pistola a seu lado. O caso, que agitou as esferas políticas e a alta sociedade dos anos 50, começou por ser alvo de uma grande investigação, mas em menos de um mês tudo se esfumou, o processo foi arquivado e carimbado com a palavra suicídio. Com exceção dos pais da vítima e mais uma ou duas pessoas ninguém estava interessado em desvendar o que se passara na noite de 8 de março. E ainda hoje permanece nas brumas o denominado pela imprensa ‘mistério de Cascais’.

Carlos Duarte Burnay Nogueira Soares Cardoso, estudante de direito a dois meses

de fazer 25 anos de idade, aproveitou a ausência da mãe, a passar uma temporada em Paris com o segundo marido, para organizar mais um dos ‘serões da amizade’, festas privadas que tendiam a transformar-se em orgias. Nessa noite, apareceram perto de 50 pessoas no ‘chalé Santana’, como chamavam ao palacete traçado pelo arquiteto Raul Lino e construído em 1931. Bebeu-se, dançou-se e conviveu-se intimamente até de madrugada, até alguém se lembrar de fazer um cocktail ‘tiro e queda’ — absinto, álcool puro e cocaína, uma mistura que terá enlouquecido alguns dos convivas e indispuesto outros.

Eram cinco da manhã, quando Carlos anunciou que se sentia mal e ia descansar um pouco. Nunca mais foi visto. Ao fim da tarde desse domingo, foi chamado o médico municipal para uma ocorrência que aparentava ser um suicídio. Carlos estava na cama,

deitado de costas, de tronco nu e calças de pijama, mas tapado até ao pescoço. Da cabeça, por cima da orelha direita, saía-lhe o sangue que ensopava o travesseiro, a seu lado uma pistola.

O doutor Costa Matos atesta o óbito, comunicando ao piquete da polícia de Cascais o sucedido na rua José Florindo de Oliveira. E dá-se início à investigação. Mobilizam-se forças para que corra célere a tentativa de resolver o caso que envolve um ‘menino de bem’. Mas nem tudo o que parece é. Logo se descobre que se pode tratar de um assassinio, afinal, a pistola na cama não fora a arma do crime. Também o que se passou na festa revela-se preocupante. Na segunda-feira, o “Diário de Lisboa” relata: “Sabe-se que, noutra casa da mãe do morto, na avenida Emídio Navarro, na mesma vila, mobilada para alugar houve na véspera uma reunião de boémios — alguns dos quais têm automóvel — que partiram móveis, louças e lustres, arrancando reposteiros e as instalações da luz elétrica e das águas e provocando uma inundação. Os vizinhos ouviram gritos, gargalhadas e barulho mas não estranharam tais factos por serem vulgares.”

A partir desta altura, tudo se confunde. A polícia passa a ter duas teorias para o chama-

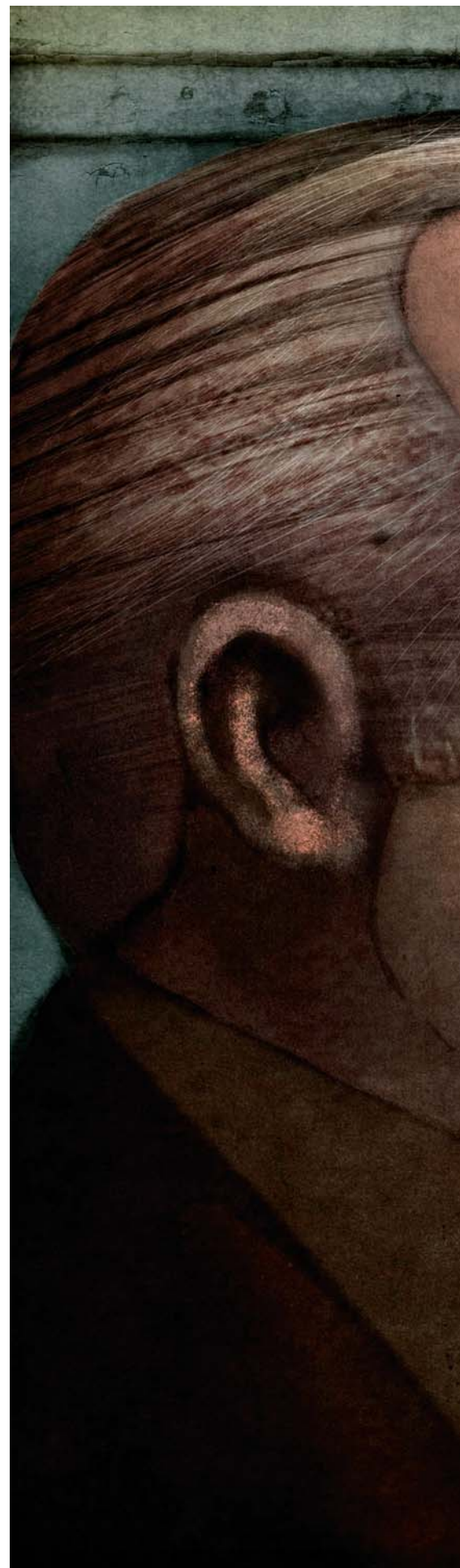
do ‘mistério de Cascais’, o suicídio e o homicídio, mas começa a preocupar-se mais em descobrir o que se passou no ‘chalé Santana’. Dezenas de pessoas são presas para interrogatório, muitas ficam detidas durante dias nas celas da Judiciária. Os rumores sobem de tom, a Polícia não divulga os nomes dos detidos, mas são muitas as listas que circulam contendo os mais variados nomes de gente influente e ligado ao regime.

A mãe de Carlos, Ana Maria Nogueira Burnay, indigna-se publicamente e acusa as autoridades de, em vez de apurarem quem matou o filho, desperdiçarem tempo em investigar o que se passou na festa, onde terão participado figuras da alta sociedade com comportamentos considerados desviantes. Apesar de a ditadura tender para ‘silenciar’ os escândalos sexuais, sobretudo as práticas homossexuais, crime punido por lei, as autoridades nunca perdiam a oportunidade de vasculhar a vida dos envolvidos para lhe conhecer os segredos e, se fosse necessário, usá-los mais tarde.

Para a Judiciária, parece mais interessante apurar quem provocou os estragos no palacete e quem tem tendência para orgias do que quem deu um tiro num jovem rico que se dava a práticas pouco recomendáveis. Todavia não deixa de ir ouvindo testemunhas sobre o crime e chega a ter quatro suspeitos: a criada, o marido que é o motorista da casa de Ana Burnay, o cunhado de Carlos e o irmão deste. Todos apresentavam depoimentos contraditórios, os primeiros quanto à reconstituição dos passos dados desde a noite da festa até à descoberta do corpo, os segundos por causa da posse das chaves da casa onde Carlos foi encontrado e onde moravam também os empregados.

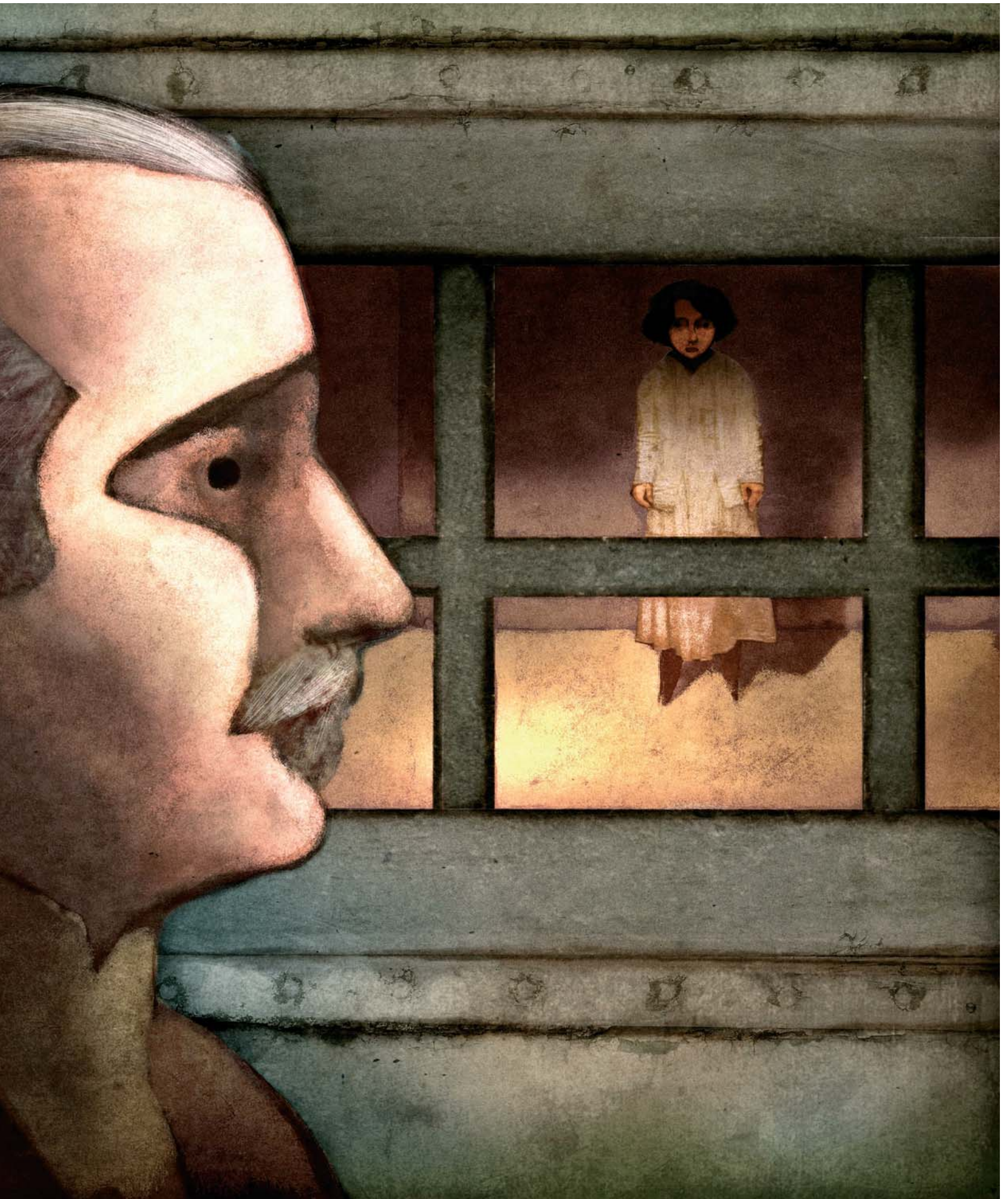
Alguns elementos da polícia continuam, no entanto, a fazer conjecturas sobre a morte do filho dos viscondes, reconhecido boémio da linha do Estoril, e inclinam-se para inculpar a criada e o motorista. Uns dizem que Gracinda terá tido uma crise de ciúmes ao descobrir que Carlos e o seu marido eram amantes, resolvendo por isso vingar-se. Para outros, tratou-se de um ajuste de contas do casal com aquele que até ali os sustentava com uma quantia extraordinária, em troca da ligação entre os homens e do consentimento da mulher.

Quanto à prisão do cunhado e do irmão, nunca se percebeu bem o que pretendiam as autoridades. O que se entendeu em pouco tempo foi que o assunto teria de ficar por ali, e disso os jornais foram avisados, ou seja, ficaram proibidos de voltar a falar no ‘mistério de Cascais’. Ana Maria Burnay, na altura com 45 anos e divorciada do pai de Carlos, também percebeu que a tendência era ‘arrumar’ o processo, rotulando-o de



Em todas as famílias existem segredos.

Um dos mais comuns, no século passado, eram os filhos ilegítimos educados pelas esposas



suicídio, e recusa-se a aceitar essa tese. Mas o caso será mesmo silenciado.

“Quando um jovem, chefe de mesa de um hotel do Estoril, diz aos agentes que o interrogam que passara a noite do crime em intimidades com o rei de Itália e com o chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e quando os investigadores querem, na sequência disso, chamar os dois a depor, tudo se precipita. O diretor da Judiciária e o titular da Justiça correm a São Bento. Salazar, que os ouve em silêncio, percebe que tem de atuar e, rápido, mandar arquivar o processo. No dia seguinte, a imprensa vê-se subitamente convidada para o Torel (sede da PJ), onde distribuem um longo comunicado — que impõe o suicídio de Carlos Burnay”, conta Fernando Dacosta, no livro “Máscaras de Salazar”.

Ainda durante uns tempos a festa e a morte de Carlos Burnay foram motivo de conversa pública, com as devidas cautelas. O assunto foi subtilmente gozado nas revistas do Parque Mayer e levou, segundo o escritor Dacosta, um grupo de cascalenses a fazer um comunicado afirmando que nem todos os seus conterrâneos “desrespeitavam os bons costumes”. O mistério, que também ficou para a história como o ‘peixinho do mar’ — conta-se que o disco deixado no *pick-up* do palacete,

na noite da festa, era dessa música brasileira muito em voga nos anos 50 —, continuaria a dar que falar... sempre à boca fechada.

Silêncios sociais. A ditadura tentava silenciar tudo o que lhe fosse incómodo ou que pudessem abanar as convicções do Estado Novo, política e socialmente. Em qualquer caso considerado contrário aos bons costumes, que envolvesse gente rica ou nomes queridos ao regime, tudo se fazia para que fosse resolvido em segredo. Neste contexto, os alicerces da sociedade assentavam na máxima Deus/pátria/família, cabendo sobretudo às famílias protegerem-se de gestos menos prudentes e que pudessem abalar o nome do clã. Será o caso, por exemplo, da anulação do casamento de uma sobrinha de Ricardo Espírito Santo.

Comemorado nos anos 40 com uma festa de grande pompa, em que (falando num pormenor) as giestas brancas que enfeitavam as mesas vieram da Suíça, o matrimónio de Maria José Espírito Santo Silva e Melo com José Martinho de Arrochela Pinto de Lancastre Ferrão pouco durou. Suspeita-se, é isso que contam os mais afoitos, que o noivo seria homossexual e que o casamento nunca foi consumado. A mãe da noiva viajou até Roma e conseguiu a difícil anulação por parte do Papa, mas as razões ficaram entre o núcleo familiar mais restrito. Mais de meio século depois, quando se fala no assunto faz-se silêncio, ninguém se quer pronunciar.

Em todas as famílias existem segredos. Um dos mais comuns, no século passado, eram os filhos fora do casamento. Acontecia com frequência os homens levarem para casa os rebentos ilegítimos (como se consideravam então) para serem criados pelas esposas, as quais aceitavam em silêncio a tarefa de educá-los, em conjunto com os outros filhos. A maioria das vezes, os ilegítimos chegavam ao estado adulto desconhecendo as suas origens, muitos dos segredos só se revelavam na altura das partilhas de heranças.

Mas se os ‘silêncios’ de que até aqui tratámos têm que ver, principalmente, com histórias que envolvem honra, sexo e dinheiro, outra ordem de silêncios se verificou no final do século XIX princípio do XX, com o desenvolvimento das teorias psiquiátricas. Qualquer assunto mais delicado, relacionado com heranças, sucessões e casamentos podia ser resolvido de uma forma muito simples, sobretudo se se tratasse de uma mulher: o internamento num hospício. Há uma série de casos conhecidos, como o da filha do diretor do “Diário de Notícias” Maria Adelaide Coelho da Cunha, que por se apaixonar pelo motorista foi internada a mando do marido quando este sentiu a fortuna do sogro a fugir-lhe. Em sua defesa, Adelaide escreverá o livro “Doida Não”, tentando convencer os tribunais da sua sanidade mental, depois de um

amigo a ter conseguido retirar do hospício.

Outros casos há que ficaram menos conhecidos, mas não são menos reveladores da mentalidade da época. Bom exemplo é o da pintora Josefa Greno, nascida em 1850, que, aos 51 anos, se viu internada e privada de visitas pelo médico Miguel Bombarda, única e simplesmente para este sustentar a sua tese sobre “O Delírio do Ciúme”.

Ao fim de 25 anos de casada com Adolfo Greno, Josefa não aguentou mais. Num momento em que Bombarda quer fazer crer ter sido de loucura, disparou quatro tiros matando o marido. O crime, assumido pela própria artista, tinha todos os ingredientes para se tornar, como se tornou, num caso mediático. Na viragem do século, não havia em Lisboa quem não falasse na pintora de origem espanhola que assassinou o seu marido português, e o diretor do hospital Ribafolhes, atual Miguel Bombarda, não perdeu a ocasião de provar as suas investigações.

Mal se casaram, Josefa e Adolfo foram para Paris, onde viveram dez anos. Frequentaram os salões de belas artes e conviveram com os artistas mais conceituados. Ela aplicou-se em fazer obra, ele em divertir-se pela noite dentro. Josefa acabou por construir um nome artístico e conseguiu uma proeza nada fácil na época, ganhar dinheiro com as suas pinturas. Adolfo, pelo contrário, descuidou a parte artística e entreteve-se a esbanjar a fortuna da mulher.

Esta convivência tornou-se infernal, já em Lisboa. Numa entrevista concedida ao “Diário de Notícias”, em 1901, depois de ter sido presa, a pintora afirmaria não ter outra saída, “ou morria ela ou ele”. Dois meses antes de consumado o crime, já tentara matá-lo com um tiro de pistola, facto que Adolfo fez questão de ignorar. A Miguel Bombarda, que, entretanto, fora buscá-la à prisão para a internar no seu hospício, Josefa diria que “o marido era desequilibrado, um gastador e que todo o dinheiro lhe devorava. Dizia entre muitas outras coisas que o sofrimento em casa era horrível e que não era de ciúme que sofria”, segundo Fernanda Pedro na sua tese de mestrado “Vida e obra da pintora Josefa Greno”.

Durante o interrogatório a que Bombarda a sujeitou, no intervalo de minuciosos exames médicos, contar-lhe-ia que o marido a tratava brutalmente, forçava-a a ter relações sexuais e, numa dessas vezes, perdera os sentidos. Queria com isto dizer-lhe que estava consciente do seu ato, contudo, o médico desvalorizou os seus depoimentos não se desviando um milímetro do seu intuito de provar o delírio. Josefa morreu, com um problema renal, seis meses depois de ter sido internada e sem nunca mais ter falado com ninguém senão com Miguel Bombarda ■

asoromenho@expresso.imprensa.pt



A pintora Josefa Greno foi internada e privada de visitas pelo médico Miguel Bombarda para este sustentar a sua tese sobre “O Delírio do Ciúme”